

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0008322-67.2017.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários**
Requerente: **Raul Mateus**
Requerido: **Banco BMG S/A.**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor se volta contra cobrança promovida pelo réu decorrente de empréstimo no valor de R\$ 1.400,00.

Refutou ter celebrado tal empréstimo, além de ressaltar que não recebeu a importância aludida, de sorte que o débito seria inexigível.

Em contrapartida, o réu em contestação sustentou a regularidade da transação, deixando claro que a quantia em apreço foi disponibilizada ao autor em 23/08/2017 mediante TED emitido em seu favor (comprovante de fl. 44).

Assim posta a divergência entre as partes, reputo que assiste razão ao autor.

Com efeito, o documento de fl. 44 demonstra que realmente foi implementada transferência por parte do réu ao autor no patamar em questão.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Houve, todavia, a devolução da importância motivada por "*Agencia ou conta destinatária do crédito inválida*" (fl. 53).

Compreende-se que assim tenha acontecido na medida em que os dados bancários atinentes ao autor (fl. 57) estão em descompasso com os indicados a fl. 44, como concluído a fl. 53.

Como se não bastasse, instado a manifestar-se sobre a relevante prova documental (fl. 59), o réu não se pronunciou a seu propósito (fl. 68).

A conjugação desses elementos, aliada à ausência de outros que apontassem para direção contrária, conduz ao acolhimento da pretensão deduzida.

As provas amealhadas dão conta de que o autor não recebeu a importância questionada do réu (a isso equivale a devolução da transferência ocorrida), de modo que nada justifica sua cobrança.

Por outras palavras, carece de respaldo o réu ao buscar a cobrança de soma não percebida pelo autor, pouco importando saber se a contratação que a motivou teve lugar ou não porque de qualquer maneira a falta do repasse inviabiliza a cobrança a esse título.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para declarar a inexigibilidade do débito tratado nos autos, tornando definitiva a decisão de fls. 13/14, inc. I.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intemem-se.

São Carlos, 27 de novembro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**